



Sérgio Góis

O que poderia ter sido e que não foi

TANCREDO Neves completaria hoje dois anos de governo. Como seria a sua administração segundo entrevistas, declarações e discursos proferidos durante a campanha e depois de eleito presidente da República?

A Nova República de Tancredo Neves seria, de certo, muito diferente da de José Sarney. Se seria melhor ou pior, só Deus sabe, mas a moeda não seria o Cruzado, o Brasil não dispensaria a ajuda do FMI e nem teria decretado a moratória. Em compensação, a Constituição não assustaria tanto o governo e a crítica, antes de ser uma traição, seria possivelmente um dever cívico de todos os cidadãos.

"O meu mandato será de quatro anos, mas a Constituinte tem poderes para ampliá-lo ou reduzi-lo", garantia Tancredo, que prometia também: "Não governarei com um ministério dividido e divorciado do Congresso".

Em resumo e nas suas próprias palavras, esse era o governo idealizado por Tancredo:

■ **CENSURA** — A primeira decisão de um governo democrático é tirá-la da área da política, do Ministério da Justiça. Ela deve ficar no Ministério da Cultura. Somente pessoas altamente capacitadas, com cultura e sensibilidade, estão em condições de exercer, em toda a sua plenitude, essa delicada tarefa de exercitar a censura. Acabar com a censura é uma temeridade. (23/9/84)

■ **CONCILIAÇÃO** — Venho em nome da conciliação, mas ela não se faz em torno de homens, mas de princípios, de soluções fundamentais. A conciliação de cúpulas e de partidos não leva a nada. A conciliação política — a chamada trégua — é lesiva e funesta. A conciliação que prego é estrutural: é aquela que abrange todas as camadas da sociedade, desde o trabalhador até o ponto mais alto do episcopado. Não é para servir homens, grupos, partidos ou o governo. (15/1/85)

■ **CONGRESSO NACIONAL** — O presidente e o vice-presidente da República, bem como os ministros do seu governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional. Respeitaremos as prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos valorizar o relacionamento entre o poder executivo e o poder legislativo, através de diálogo frequente e construtivo. (17/3/85; Discurso ao ministério, lido por Sarney)

■ **CONSTITUINTE** — A Constituição não é assunto restrito aos sábios ou aos políticos, não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. É absolutamente imprescindível que se faça um amplo debate nacional em torno dos temas mais importantes da Constituinte. (15/1/85)

■ **CORRUPÇÃO** — No meu governo, a corrupção será considerada caso de polícia e punida com os rigores da lei. (1/2/85)

■ **DEMOCRACIA** — Crescimento sem justiça social e distribuição de renda é a própria negação da democracia. A nação é vocacionada para a democracia e não aceitará novamente viver sob um regime atrabiliário e de prepotência. (7/2/85)

■ **DESESTATIZAÇÃO** — O capitalismo brasileiro é muito mais socializante do que muitos regimes socialistas. O Brasil é o paraíso das estatais e não se tem controle sobre elas. (11.2.85)

■ **DÍVIDA EXTERNA** — Dever, não envergonha ninguém. O Brasil deve honrar seus compromissos. Mas não com a fome de seu povo. A moratória nunca esteve nos meus planos. Ela é uma medida moralmente inaceitável e tecnicamente ineficaz. A moratória unilateral é medida violenta e radical. É irrealista imaginar que tal violência de nossa parte não seja respondida pelos credores. O país não disporia mais de créditos para financiar suas compras no exterior, o que redundaria no racionamento no mercado interno de produtos como petróleo, trigo, fertilizantes e até mesmo remédios. As exportações sofreriam restrições e o país mergulharia em profundo recesso. A moratória significaria a suspensão brusca dos nossos pagamentos com os nossos credores, o que significaria um abalo total na nossa economia.

As nossas reservas não são suficientes para esse jogo. Se não pudermos pagar, hipótese que considero remota, só nos resta o caminho da negociação. (16.1.85)

■ **EMPREGO** — Retomar o crescimento é criar empregos. Toda a política do meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver neste país um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa. (15.1.85)

■ **FORÇAS ARMADAS** — Inseparáveis da alma da pátria, de quem constituem a expressão de honra e dever, as forças armadas devem estar afastadas das disputas transitórias da política. Daí ser imperioso criarmos uma Nova República, forte e soberana, para que as nossas forças armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional. (15.11.84)

■ **FMI** — Acho que nós não podemos romper com o FMI, seria muito primário fazer isso. O Fundo foi criado para presidir episódios de desajustes de balanço de pagamento. Sem dúvida, temos que conversar com o FMI. Ele tem que se mostrar mais compreensivo em relação às nossas dificuldades. (22.9.84)

■ **INFLAÇÃO** — Se não tivermos condições de controlar a inflação, será inútil pensarmos em qualquer meta mudancista. Em clima de inflação acelerada não há possibilidade de se pensar em qualquer mudança. (11.2.85)

■ **MANDATO PRESIDENCIAL** — O mandato razoável é o de quatro anos, de acordo com a tradição republicana. Não aceito mandato de dois anos. Deixei isso muito claro. Agora, a Constituinte é quem, realmente, vai fixar esse mandato. Ela pode ampliá-lo e até reduzi-lo. (5.8.84)

■ **MINISTÉRIO** — Um ministério, para ser eficiente, tem que ter, ao lado do critério da competência e da probidade, a sustentação política. Ele não pode ficar divorciado de maneira alguma das forças que se expressam partidariamente no Congresso, porque é com elas que irei governar. Os regimes autoritários fazem ministérios tecnocratas sustentados pelos políticos. Os regimes democráticos fazem ministérios políticos assessorados pela tecnocracia. (11.2.85)

■ **NORDESTE** — Só haverá uma Nova República quando tivermos um novo Nordeste. (3.1.85)

■ **ORDEM JURÍDICA** — A Constituição foi substituída por um diploma outorgado e isso basta para dizer de sua legitimidade. A nação, a princípio estarcida, passou a aceitar como normal o comportamento de seus altos funcionários, que não só vivem no mundo fantástico e descuidado das mordomias, como negociam os interesses do Brasil no exterior com a negligência dos irresponsáveis. (14.8.84).

■ **OPINIÃO PÚBLICA** — Não terei qualquer hesitação em esclarecer à opinião pública sobre as dificuldades que temos para resolver nossos problemas. O povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o presidente quer e o que ele pode fazer. (17.3.85, discurso ao ministério, lido por Sarney.)

■ **OPOSIÇÃO** — Oposição é normal na vida democrática. Eu não gostaria de um governo unânime. Isso seria ruim para o governo e ruim para a nação. Desejamos a oposição e queremos que ela se apresente com todas as características de uma oposição democrática: esclarecida, severa e altamente responsável. (17.1.85)

■ **PACTO SOCIAL** — Quando eu falo em pacto social, não penso que os trabalhadores devam comparecer a ele para dar mais cotas de sacrifício. Os trabalhadores brasileiros já não têm mais sacrifícios a dar. O entendimento nacional não exclui o confronto de idéias, nem a defesa de doutrinas políticas divergentes. (9.11.84).

■ **PROGRAMAS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA** — O governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras, antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público. O governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. (17.11.85).

■ **POLÍTICA EXTERNA** — Não temos problemas políticos com os Estados Unidos. Nossos problemas com os Estados Unidos são econômicos. Os Estados Unidos ferem a nossa economia de maneira muito contundente, através de sua política de juros, que é uma das causas fundamentais da exacerbada inflacionária e, também, através de sua política protecionista. (17.1.85).

■ **REFORMA AGRÁRIA** — Não postulo medidas radicais e novas para a solução da reforma agrária. Vamos ampliar o Estatuto da Terra, que é uma legislação revolucionária (12.8.84).

■ **REVANCHISMO** — A impunidade dos ilícitos não é uma questão política, mas do Código Penal. Revanchismo é outra coisa, é um problema político. Esse problema é da justiça comum. Eu serei presidente da República e não delegado de polícia. (5.8.84)

■ **SEGURANÇA NACIONAL** — A Lei de Segurança Nacional em vigor é, como a maioria dos diplomas desse período, tecnicamente imperfeita, com imprecisão que permite a cada um interpretá-la à sua maneira. Seus dispositivos foram frequentemente usados para garantir a impunidade dos que, no abuso do poder, praticam atos dolosos ou não, contra a economia do país. (9.9.84).